

GOMES, Ana R.

Padre Felicidade: o oposicionista praticante

Lisboa: Tinta-da-China, 2024. 239 p. ISBN: 978-989-671-829-9

JOÃO FRANCISCO PEREIRA

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2025.18091>

Universidade Nova de Lisboa, CFE-História, Territórios e Comunidades, Portugal
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-8684-8779>

A obra *Padre Felicidade: o oposicionista praticante* da autoria de Ana R. Gomes, procura analisar o percurso de José da Felicidade Alves tendo como base o seu arquivo pessoal e consequente dissertação de mestrado, da mesma autora, concluída em 2021 e que se intitula *Padre Felicidade: da militância católica à oposição praticante ao Estado Novo*. Nesta obra a autora reviu e aumentou a narrativa académica de forma a melhor se poder visitar a figura e atividade do protagonista sobretudo no período que exerceu as funções de pároco de Santa Maria de Belém.

Na Introdução, a autora oferece um breve vislumbre do itinerário de Felicidade Alves cujo percurso inicial não fazia prever episódios incómodos para a hierarquia eclesíastica, sobretudo no Patriarcado de Lisboa. Felicidade Alves, natural de Salir de Matos, iniciara o seu percurso eclesíastico nos seminários de Lisboa quando tinha 11 anos e não se afastou destas instituições até ter completado os 31 anos de idade. O ano 1956, em que foi nomeado pároco de Santa Maria de Belém, marcou o início de uma nova etapa na vida do protagonista.

Para a autora, reconstituir a trajetória de Felicidade Alves serve um triplo propósito: primeiro, sistematizar a informação do acervo documental do Arquivo José da Felicidade Alves que se encontra na Fundação Mário Soares e Maria Barroso. O segundo propósito consiste em estabelecer um diálogo crítico entre a informação recolhida no arquivo referido e o conhecimento que se foi consolidando no âmbito da história religiosa contemporânea, particularmente no que se refere à oposição católica ao Estado Novo. O terceiro propósito consiste em trazer ao conhecimento dos leitores a vida e obra de Felicidade Alves.

No primeiro capítulo “Oposição católica ao Estado Novo: emergência, configuração e fragmentação” a autora refere que sendo Felicidade Alves o protagonista da obra, importa também ter uma visão panorâmica da oposição católica ao Estado Novo para que se possa mensurar a escala que o padre Felicidade alcançou num cenário que é abrangente, complexo e dinâmico. A autora procura evidenciar o processo de emergência, configuração e fragmentação da oposição católica ao Estado Novo, balizando-a entre 1958 e 1974, referindo também que, antes disso, alguns católicos acusavam as incongruências do regime ainda que de modo isolado.

Esta obra refere também a importância do Segundo Concílio do Vaticano no fermentar da oposição católica ao Estado Novo. As próprias reformas litúrgicas preconizadas pelo Concílio e introduzidas na paróquia de Santa Maria de Belém pelo padre Felicidade Alves deram um dos primeiros sinais da rutura que acabaria por se consumir entre este e o cardeal Cerejeira.

No segundo capítulo “Padre Felicidade: da renovação à contestação e rutura” a autora dedica a parte inicial aos anos que antecederam a nomeação de Felicidade Alves para a paróquia de Santa Maria de Belém, nomeadamente o seu contexto familiar, aos seus estudos nos seminários do Patriarcado e a sua relação com o cardeal Cerejeira.

Em 1956 Felicidade Alves assume a paróquia de Belém e a sua ação imprime-lhe uma dinâmica notável. O novo pároco de Belém promovia a participação de alguns dos seus colaboradores em cursos do movimento FAC (Fraterno Aiuto Cristiano), organização católica internacional que preconizava uma ação pastoral centrada no Evangelho e a própria paróquia como célula viva da Igreja. Felicidade Alves estimulava ainda o debate e a reflexão através da organização de círculos de estudos. Tudo isto evidenciava a priorização do papel dos leigos na dinâmica paroquial. O próprio cardeal Cerejeira não deixara de elogiar o zelo e o trabalho do padre Felicidade que tinha gerado um renascimento religioso das comunidades que lhe estavam confiadas de tal modo que, em 1967, era notória a sofisticação de que se tinha revestido a organização do trabalho paroquial.

Por outro lado, as matérias políticas seriam alvo de progressivo questionamento por parte de Felicidade Alves numa gradação crescente, que acompanhava a sua imersão no mundo secular. Os atritos na relação com o cardeal Cerejeira começaram por causa de alguma renovação e inovação no campo litúrgico que Felicidade Alves procurara implementar na sua paróquia e que era contrariada pelo Patriarca.

De 1961 a 1965 algumas homilias proferidas nos Jerónimos tiveram ampla divulgação. A própria PIDE começou a ser presença regular nas celebrações daquela igreja para conhecer o teor das mesmas. A autora afirma que a correspondência trocada entre Felicidade Alves e Cerejeira revela que, não obstante os desencontros, ambos tentaram encontrar uma solução que mitigasse o conflito interior sentido pelo pároco e resolvesse o desacerto deste com as orientações dos seus superiores hierárquicos bem como os confrontos com figuras proeminentes do Estado Novo.

Em 1967 Cerejeira permite que Felicidade Alves parta para Paris de modo a prosseguir os seus estudos. É em França que se vai intensificar o processo de politização e radicalização do pároco de Belém, nomeadamente através dos seus contactos com o pastor protestante Georges Casalis. É também neste período que se evidencia mais claramente a sua aproximação ao PCP.

A autora destaca que num regresso esporádico a Lisboa, a 19 de abril de 1968, Felicidade Alves reunira o conselho paroquial e, nesse contexto, partilhou um documento intitulado “Perspetivas de transformação nas estruturas da Igreja, sentido da responsabilidade pessoal na vida política do meu país”. Neste documento, Felicidade Alves apelava à urgência da transformação radical das estruturas da Igreja bem como da necessidade de mudança do regime vigente em Portugal. Uma das repercussões da divulgação deste documento foi a constituição de uma comissão de inquérito à atuação do pároco de Belém. Esta e outras situações que afastaram progressivamente Felicidade Alves da hierarquia eclesiástica tiveram como desfecho a suspensão *a divinis* do protagonista.

No terceiro capítulo “Marginalidade eclesial, militância política, cidadania ativa”, a autora debruça-se sobre o período pós rutura de Felicidade Alves com a hierarquia da Igreja católica portuguesa, consumada pelo decreto de suspensão de novembro de 1968.

Este acontecimento, por um lado, exponenciou a convulsão pessoal do protagonista, por outro, fez com que disparasse a sua notoriedade e prestígio entre os setores ditos católicos progressistas.

Para Felicidade Alves era indissociável a contestação às estruturas eclesiais portuguesas e a oposição ao Estado Novo e ele optou por utilizar a notoriedade que ganhara para intensificar os gestos e projetos de interpelação à Igreja e ao regime. O protagonista vai dedicar-se a angariar e divulgar informações e reflexões. É neste contexto que surgem os projetos de publicações como os cadernos GEDOC e o boletim SEIVA bem como a sua ligação ao CIDAC e à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. A consequência do seu envolvimento nestes projetos foi a sua prisão a 19 de maio de 1970.

O arquivo de Felicidade Alves revela ainda o seu progressivo envolvimento político primeiramente no MDP/CDE e, posteriormente no PCP.

A 1 de agosto de 1970 Felicidade Alves casa civilmente tendo sido, depois, realizada uma cerimónia religiosa celebrada por Abílio Tavares Cardoso em Vila Franca de Xira. Os sacerdotes que participaram naquele ato foram suspensos das suas funções e Felicidade Alves incorreu na pena de excomunhão.

Após o 25 de abril de 1974 o protagonista conseguiu ainda entregar-se a outros desafios profissionais e prosseguir a sua produção bibliográfica. A resolução canónica da situação de Felicidade Alves aconteceu já no pontificado do patriarca de Lisboa José da Cruz Policarpo, tendo sido dispensado das ordens sacerdotais no ano de 1998, tendo o próprio patriarca presido ao casamento canónico do antigo sacerdote.

Felicidade Alves vem a falecer nesse mesmo ano. Das suas exéquias, a autora destaca dois aspetos: foram cumpridas as disposições litúrgicas reservadas aos sacerdotes, com o corpo voltado para a assembleia e, sobre o féretro foi colocada uma bandeira do PCP. Estes dois aspetos são significativos e reveladores de um trajeto pessoal que esta obra ajuda a descobrir. É o percurso de um padre com inquietações primeiramente religiosas, mas que também se tornaram políticas. A busca de uma autenticidade cristã levará o protagonista ao questionamento e ao confronto com a hierarquia eclesial e, progressivamente, também com o próprio regime do Estado Novo.

Como o título do livro demonstra e a autora enfatiza, no decurso desta obra procura-se enquadrar o oposicionismo de Felicidade Alves numa oposição católica diversificada e fragmentada que em alguns setores vai entrar em diálogo com o socialismo, advogando a possibilidade de diálogo deste com o cristianismo. Felicidade Alves procura e desenvolve este diálogo, as consequências de o ter feito acompanharam-no até ao fim da vida.